

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ENSINO FUNDAMENTAL: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ATRAVÉS DA LÍNGUA DE SINAIS PARA CRIANÇAS OUVINTES

KICHIJANOWSKI, Gabriele Maria.

Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter.

PACHECO, Vanessa Aparecida Carvalho Moreira.

Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter.

ROLIM, Alícia Karen Santana.

Licencianda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter.

RESUMO

Com a proposição de executar, incluir e integrar a educação bilíngue com o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ensino fundamental anos iniciais nas escolas, a pesquisa do presente trabalho foi realizada por meio da leitura e análise de livros e artigos científicos como embasamento documental e bibliográfico, a fim de analisar as ideias e opiniões dos autores sobre o tema, realizando uma correlação entre ambos. A educação bilíngue consiste em proporcionar a formação dos educandos como um cidadão e integrar o ensino de uma segunda língua ao currículo, ao invés do ensino de uma língua estrangeira. Além do fato de que a aprendizagem de uma língua adicional no contexto da globalização atual representa, entre outras questões, uma maior acessibilidade à diversidade cultural e ao multilinguismo com a qual nos deparamos constantemente. Nos estudos realizados, percebe-se que a inclusão/integração se faz importante para o conhecimento e comunicação desta língua para os ouvintes com os surdos. Nessa perspectiva, percebemos que ao aplicar uma L2, faz com que o interesse dos alunos seja despertado, e a inclusão desse tipo de ensino disponibilizado pelas instituições escolares representa um impacto positivo para a educação e o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos nesse processo.

Palavras-chaves: Libras. Acessibilidade. Currículo. Legislação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a história dos surdos em diferentes épocas da história da humanidade e as mudanças ocorridas até os dias atuais. Ainda, abordar o contexto acerca da educação bilíngue no Ensino Fundamental, com o

intuito de promover a expansão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) nas escolas e no meio social.

A Constituição Brasileira defende em seu texto que disponibilizar uma educação de qualidade é dever do Estado e responsabilidade da família. Ao analisar esse documento, entende-se que a adoção de um ensino bilíngue em todas as etapas do ciclo escolar é bastante interessante, pois esses conhecimentos além de possibilitar a ampliação do vocabulário dos discentes, essa modalidade de ensino ainda proporciona acessibilidade, principalmente da comunidade surda em sociedade, quando a difusão da Libras a todos os indivíduos facilita que essa integração aconteça.

A educação em nosso país apresenta um quadro de déficit significativo de profissionais especializados em Libras (Língua Brasileira de Sinais), fato esse que dificulta a acessibilidade e o conhecimento dos alunos, comunidade escolar e sociedade em geral acerca da mesma. Percebe-se que apenas uma pequena parcela das pessoas tem contato com a língua brasileira de sinais, e dentre esses, uma parcela ainda menor são fluentes. Dos que estão habituados com a Libras, podemos citar familiares, amigos e profissionais que convivem com pessoas surdas ou acadêmicos que ingressam no ensino superior, em cursos de licenciatura, e aprendem o básico sobre a língua através da grade curricular de seu curso.

O estudo de uma segunda língua faz parte do currículo da educação básica no Brasil, obrigatoriamente a partir do ensino fundamental anos finais, quando nessa fase é incluída a Língua Inglesa na grade das instituições de ensino, oportunizando aos estudantes o acesso direto e efetivo a uma segunda língua (L2). As escolas públicas e privadas reforçam a ideia de que é necessário que o aluno aprenda uma língua diferente da língua materna de modo a expandir seus conhecimentos.

Existe ainda no Brasil, uma segunda língua de sinais que é muito pouco conhecida e mencionada, criada e usada na comunicação de algumas comunidades indígenas como a da tribo Urubus-Ka'apor, que assim como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), é patrimônio cultural brasileiro. Reforça-se com a adoção e a difusão dessas línguas no currículo da educação básica, uma maior valorização da cultura nacional, pois através dessa disseminação realizada pelas instituições escolares, as mesmas recebam o reconhecimento devido da sua importância para a cultura e história desse país.

METODOLOGIA

As escolas, em sua grande maioria, não possuem a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como uma disciplina em sua grade curricular. Neste sentido, é importante que os educadores junto às famílias que tem pessoas surdas inseridas no contexto educacional, lutem pela educação bilíngue no ensino fundamental, de modo que incluam a LIBRAS como uma disciplina obrigatória no currículo, sendo de responsabilidade do Estado oferecer profissionais capacitados para trabalhar com a língua brasileira de sinais, proporcionando assim, o conhecimento e expandindo desse modo, a língua a todos os educandos.

As pesquisas que orientam os artigos científicos são embasadas em qualitativas e quantitativas. A primeira diz respeito a compreender e analisar os resultados, a fim de refletir acerca da subjetividade e importância das informações oriundas do processo de investigação de um determinado assunto. Já o segundo tipo de pesquisa diz respeito a trabalhos realizados através da obtenção e coleta desses dados que permitem entender e comparar como a temática pode ser abordada e discutida, por meio de perguntas norteadoras, por exemplo, que servem de eixo base para os estudos desenvolvidos.

“...embora nas duas abordagens - quantitativa e qualitativa - a pesquisa se caracterize como um esforço cuidadoso para a descoberta de novas informações ou relações e para a verificação e ampliação do conhecimento existente, o caminho seguido nesta busca pode possuir contornos diferentes.

Esse trabalho está fundamentado sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, a qual como citado anteriormente, desempenha um papel fundamental na obtenção de coleta de informações e dados específicos, pois entende-se que é por meio desse tipo de investigação que a busca por conhecimentos mais aprofundados ocorre, de forma a oferecer com isso, o embasamento teórico necessário para elaboração do artigo aqui apresentado, realizado pelo viés da análise e levantamento de referências teóricas como livros e artigos científicos, a fim de conhecer e analisar as ideias e opiniões dos autores sobre o tema, realizando uma correlação entre ambos.

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. (GODOY, 1995, p. 58)

Estas referências orientam o uso de metodologia de ensino bilíngue na educação, a fim de que o ensino auxilie e beneficie tanto alunos surdos quanto os ouvintes de modo que proporcione um melhor aprendizado no ambiente escolar.

Como será amplamente debatido nesse texto, os resultados obtidos através das pesquisas realizadas defendem que a inserção da educação bilíngue em todas as instituições escolares que atuam no nível básico é bastante interessante tanto a nível de ampliação do conhecimento dos discentes, que ao se tornarem fluentes em uma segunda língua, se tornam indivíduos mais críticos e reflexivos acerca da relevância de se construir um mundo acessível, tanto quanto para a acessibilidade que esse tipo de conteúdo possibilita. “Ainda, do ponto de vista metodológico, acredita-se que a melhor possibilidade para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro.” (CHUEKE; LIMA, 2012, p. 65) que é indiscutivelmente importante para a formação do ser humano integral que a legislação educacional prevê em seu texto.

3. HISTÓRIA DOS SURDOS

Em toda a história da humanidade, pessoas que possuíssem algum tipo de deficiência ou dificuldade eram excluídas do convívio coletivo e impedidas até de exercerem seus direitos como cidadãos justamente por terem limitações e diferenças de necessidades das pessoas ditas normais. Podemos perceber esses acontecimentos ao longo de diversos momentos, desde os primórdios até os dias atuais.

Na Antiguidade, mais precisamente no período Greco Romano, que se estendeu até o século V, após a queda do império Romano, e que se encontram se encontram as primeiras menções às formas de tratamento dadas às pessoas com deficiência. Essa época foi conhecida como o período de extermínio, pois a pessoa que nascesse com algum tipo de deficiência era condenada à morte. Um dos fatores que levaram a esse massacre, foi o povo conceder muito valor ao corpo perfeito e forte, dotado de habilidades para a guerra, e qualquer pessoa que fugisse desse padrão era considerada sub-humana, não sendo considerada útil para a vida em sociedade.

A Igreja marcou os pensamentos na Idade Média, nesse período, os deficientes físicos e mentais eram tidos como possuídos, sendo queimados, e a

população influenciada pela instituição religiosa, acreditava que o nascimento dessas pessoas em suas famílias era castigo divino, e a igreja ainda tinha a ideia de que a voz e o ouvido eram a única e verdadeira forma pela qual Deus e o homem poderiam se comunicar, por este motivo, os surdos foram marginalizados e impedidos de uma aprendizagem formal, pois havia a ideia de que indivíduos se desenvolveriam somente através da palavra articulada oralmente, se isto faltasse, não haveria a possibilidade de ensiná-los.

Ainda na história recente da humanidade, o extermínio em massa dessa população continuou a acontecer. Durante o holocausto, uma vez que a pessoa apresentasse algum tipo de deficiência, inclusive a surdez, ela não tinha direito à vida e não eram reconhecidas como seres humanos, além de serem vítimas de uma concepção equivocada que vinculava a surdez à falta de inteligência. O nazismo defendia que os deficientes físicos e mentais eram inúteis e ameaçavam a pureza genética, logo eram indignos de viver, e ainda segundo Hitler, os tempos de guerra eram os mais apropriados para eliminar os doentes incuráveis, por esse motivo, foi durante a segunda guerra mundial, entre os anos de 1939 a 1945, que houve um maior número de mortes de pessoas com essas características

Ao tratar especificamente da surdez, na metade do século XIX, a língua de sinais era reconhecida como gestualidade, a qual foi eficaz para a comunicação dos surdos com pessoas ouvintes, além disso, esta forma de se comunicar deu lugar para professores surdos a trabalhar e a colaborar nas práticas educativas nas escolas. Porém, logo após o oralismo voltou a predominar “Os surdos foram privados de se comunicarem em sua língua natural durante séculos. Vários estudos têm apontado a difícil relação dos surdos com a língua oral majoritária e com a sociedade ouvinte” (GESSER, 2009, p. 25). Ainda, segundo Gesser (2009, p. 26) as escolas proibiram o uso da língua de sinais, obrigando-os a serem oralizados e fazerem leitura labial, neste contexto não havia mais espaços para os professores surdos, pois sob a nova visão, professores ouvintes seriam a melhor opção para os educandos.

Em 1880, ocorreu o Congresso de Milão, composto por educadores em sua maioria pessoas ouvintes, a fim de determinar os rumos da educação das pessoas surdas. Com as deliberações do congresso foi determinado a proibição da língua de sinais, já que na época se acreditava na superioridade da língua oral sendo a língua gestual um retrocesso na evolução da linguagem “[...] em função do impacto mundial de sua decisão em favor das filosofias e métodos oralistas a qualquer custo, afetou a

educação dos surdos em todas as partes do mundo.” (GESSER, 2009, p. 38). Com isso, as pessoas surdas, passaram a ser escravizadas diante dos princípios do oralismo, e muitas vezes os indivíduos tinham suas mãos atadas para não se comunicarem visualmente, sendo obrigados a se manifestar oralmente. Além disso, o oralismo foi estabelecido como metodologia oficial do ensino para alunos surdos. Porém, com as diversas mudanças ocorrendo em todo mundo diante do uso da língua de sinais, o país começou a ter uma nova ótica a respeito dos surdos.

Como os Surdos dependiam do aprendizado da fala para serem integrados ao ensino comum, e a maioria não obtinha sucesso em sua reabilitação oral, acabavam por não desenvolver uma forma de comunicação sistematizada. Do mesmo modo, como as metodologias de alfabetização priorizavam relações entre letras e sons, tampouco aprendiam a escrever. (FERNANDES, 2012, p. 62)

Diante de tais situações, a comunidade surda sentiu a necessidade de criar o movimento surdo com o intuito de buscar igualdade de direitos, reconhecimento social e jurídico que lhes havia sido historicamente negado. Tinham como objetivo demonstrar que a perda auditiva está ligada a um fato secundário, e mostrar que é possível estabelecer vínculos com a sociedade por meio da comunicação visual, ou seja, por meio da língua de sinais “[...] devemos entender que sinais não são gestos. [...] Assim, é correto afirmar que as pessoas que falam língua de sinais expressam sentimentos, emoções e quaisquer ideias ou conceitos abstratos.” (GESSER, 2009, p. 23).

Apenas nas últimas décadas tais práticas foram fortemente rejeitadas e feita uma tentativa de reparar os erros do passado, com a criação de novas metodologias para educação da comunidade surda, para diminuir os impactos das decisões catastróficas do Congresso de Milão.

A língua de sinais oferece a possibilidade de transformar a anormalidade tida naquela época como diferença, aproximando os surdos da normalidade. Para eles, a surdez não é uma deficiência e sim uma diferença, pois eles não se veem como deficientes, mas como um grupo linguístico e culturalmente diverso.

Pessoas não surdas costumam atribuir a diferença dos Surdos a um aspecto negativo: o não ouvir e o não falar. Já na visão dos Surdos, o que os diferencia é o fato de utilizarem a língua de sinais, um idioma diferente daquele que é usado pela maioria. (FERNANDES, 2012, p. 51)

É importante salientar ainda que o foco do movimento dos surdos é gerar uma mudança na terminologia de referência de grupo. Esses indivíduos reivindicam seus

direitos para serem referenciados como Surdos e não deficientes auditivos, porque para eles a palavra “deficiente” está ligada a uma doença incurável, uma limitação. Atualmente, com a luta por seus direitos, foram criadas comunidades surdas, onde cada país tem sua própria língua de sinais, o que facilitou a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes na sua nacionalidade.

Após analisar fatos que demonstram como os deficientes eram tratados ao longo dos tempos em um contexto global, as próximas pesquisas terão como foco o cenário brasileiro, enfatizando a surdez, e como essas pessoas eram reconhecidas no nosso país, e quando seus direitos começaram a serem percebidos e como se deu o surgimento da língua de sinais brasileira, que é um dos temas centrais deste artigo.

3.1 O SURGIMENTO DA LIBRAS

As discussões acerca da criação de uma Língua Brasileira de Sinais tiveram seu início no Brasil em 1855, através do educador francês Eduard Huet, que em junho do mesmo ano, entregou ao Imperador Dom Pedro II, um relatório, escrito em francês, no qual ele afirmava sua intenção de fundar em nosso país uma escola para surdos. O documento em questão trazia propostas para que o governo ajudasse na criação da instituição, já que os surdos, quase que em sua totalidade eram oriundos de famílias pobres, portanto, não tinham como arcar com esse tipo de educação sem esse auxílio.

A origem da LIBRAS está intimamente ligada ao processo de escolarização dos surdos, e mesmo que nas instâncias educacionais a língua legítima dos surdos tenha sido banida em muitos momentos, os surdos sempre a utilizaram entre si. (GESSER, 2009, p. 38)

Com o passar do tempo, essas discussões foram se ampliando, quando em meados do século XX, o país ainda não possuía uma política educacional sistematizada para cidadãos surdos. Somente a partir da Nova República (1985 até os dias atuais), que a comunidade surda conquistou um importante direito. Em 24 de abril de 2002, foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a lei número 10.436, que determinava que a Libras (Língua Brasileira de Sinais) deveria ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda

brasileira. A mesma lei ainda obriga que o Estado deve disponibilizar meios de forma que o uso e a difusão da Libras sejam ampliados no Brasil.

Atualmente, no dia 26 de setembro é reconhecido como Dia Nacional do Surdo. Essa data comemorativa surgiu em consideração ao dia de fundação do Ines, em 1857. No mesmo mês ainda é comemorado o Dia Internacional das Línguas de Sinais, data essa determinada pelas Nações Unidas (ONU), em comemoração a fundação da Federação Mundial dos Surdos.

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A Libras ainda é pouco difundida no Brasil e apenas uma pequena parcela da sociedade tem acesso a ela, entre esses, a população que possui algum tipo de perda auditiva e que se utilizam dela para se comunicarem, e por parte da comunidade ouvinte, a maioria que busca tal conhecimento são amigos e familiares próximos a estes a fim de obter uma forma de comunicação, mas também temos uma pequena parte da população que obtém esse contato básico através dos cursos de licenciatura.

Os cursos de licenciatura do Brasil têm considerado os cursos para a formação de professores de disciplinas específicas, para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, bem como o curso de Pedagogia, que forma o professor para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental [...] (ROMANOWSKI, 2012, p. 78)

Segundo Fernandes (2012) com a regulamentação da lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Libras como forma de comunicação de pessoas surdas através do decreto federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que determina o ensino obrigatório da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia, ampliou o domínios da língua de sinais para diferentes segmentos sociais, além de preparar o futuro educador sobre formas alternativas de comunicação e interação.

Nesse sentido, podemos analisar o processo de formação inicial do professor de educação básica, em que primeiramente é necessário uma graduação de Licenciatura em Pedagogia, como citado anteriormente, ele terá acesso a disciplina de Libras, porém a mesma costuma ser trabalhada de maneira básica mas isso em si o qualifica para lecionar as disciplinas curriculares previstas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) nos anos iniciais de ensino “Agregam-se a essa relação os conhecimentos específicos das disciplinas escolares, os conhecimentos pedagógicos

e os conhecimentos a prática pedagógica, articulando o conhecimento local com o universal.” (ROMANOWSKI, 2012, p. 20).

Analisando esse contexto, é possível afirmar que o professor que não possui especialização em áreas distintas não é capaz de realizar as atribuições referentes às funções de um profissional que realizou tal especialização, ou seja, um professor que não se especializou em Libras por exemplo, não é capaz de realizar as atividades que seriam da alçada de um instrutor ou intérprete de Libras, pois não tem os conhecimentos necessários para tanto, quando em sua formação inicial, essa temática foi vista apenas superficialmente e apenas para cumprir o que a legislação determina, pois nesses casos, a fluência necessária em Libras não é alcançada.

Dentro da formação dos profissionais bilíngues temos algumas diferentes modalidades, aqui são ressaltado duas: a primeira trata-se da formação do professor ou instrutor de Libras, o qual é necessário uma graduação em Letras/Libras ou a formação de um instrutor de nível médio, em que o mesmo deve realizar cursos profissionalizantes reconhecidos pelo Ministério da Educação, e cursos de extensão universitária devidamente reconhecidas pelas secretarias de educação, além de prestar o exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Prolibras) que qualifica o indivíduo com a competência no uso e ensino ou na tradução e interpretação da língua de sinais. A segunda modalidade trata-se da formação do intérprete, o qual necessita da graduação em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa ou formação em nível médio com certificado pelo Prolibras emitido pelo MEC.

Segundo defende a lei 12.319/2012, em relação às atribuições referentes aos cargos, observa-se que o trabalho do professor instrutor e intérprete é mediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes através da Língua Brasileira de Sinais e o português em ambientes diversos como escolas e universidades, por exemplo. Já o professor da educação básica é responsável por ministrar aulas, efetuar registros burocráticos e pedagógicos, planejando o desenvolvimento da comunicação, integração social e a aprendizagem de seus alunos.

Como podemos perceber, a formação desses dois profissionais são distintas, não sendo possível um professor com apenas a sua licenciatura se qualificar para lecionar tal disciplina dentro de sala de aula, e para que a educação bilíngue dos discentes aconteça de maneira eficaz e significativa, é de extrema importância a contratação de um profissional qualificado para tal função, da mesma forma que

acontece dentro das escolas com outras disciplinas, como Educação Física, Artes, o próprio Inglês, onde os profissionais precisam de uma formação específica para ministrar tais disciplinas, da mesma forma deve acontecer com a disciplina de Libras.

Torna-se necessário redimensionar as formas de relações sociais estabelecidas no interior da escola, buscando-se relações sociais mais coletivas e solidárias que favoreçam a produção e a sistematização de novos conhecimentos. As formas de relacionamento são elementos-chaves do processo. Por meio de relações sociais cooperativas, coletivas, passa-se a ter uma nova relação com o conhecimento. Isso possibilita ao professor começar a criar, a produzir coletivamente. (MARTINS, 2012, p. 72)

Ao incluir a disciplina de Libras no ambiente escolar juntamente com professores especializados, é importante que os mesmos concedam mudanças no contexto social, de modo que forme cidadãos conscientes e oportunizem uma aprendizagem significativa para todos os estudantes, despertando o interesse dos alunos ouvintes para continuarem seus estudos futuramente, estimulando o ensino da Libras e o contato com a comunidade surda.

Ainda persiste a necessidade de formação continuada de professores, de modo que ocorra mudanças em suas metodologias, oferecendo uma educação bilíngue para surdos e ouvintes no contexto escolar, fazendo com que transformem em uma educação de qualidade, oferecendo uma aprendizagem significativa para todos.

5. A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NOS ANOS INICIAIS: AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM/ LÍNGUA DA CRIANÇA OUVINTE

A linguagem é vista como uma comunicação no meio social, à medida que a criança se desenvolve, ela também vai aprimorar a sua linguagem, nos seus primeiros anos de vida, ela se comunica através de sons e gestos, para demonstrar seus desejos, vontades e desconfortos. Conforme seu crescimento ela começa a desenvolver a sua Língua Materna (L1), conforme ouvida e utilizada com mais frequência pelas pessoas do seu convívio, com o tempo, estabelece significados para as palavras com melhor valor referencial, como por exemplo a palavra mamãe, a mesma pronuncia a palavra com menor valor sonoro e de pouco entendimento (ma, mama), conforme cresce, as palavras já podem ser compreendidas, sendo reconhecidas com mais eficácia para sua função comunicativa, estabelecendo

relação entre a palavra e seu significado, deste modo, a criança passa a reconhecer a língua da realidade em que está inserida.

Ao fazer uma relação com a teoria de Lev Vygotsky em relação a linguagem da criança, percebe-se em seus estudos uma relação entre a linguagem e o pensamento. De acordo com o mesmo, primeiramente a criança aprende a se comunicar com gestos até obter o domínio da língua, e o pensamento surge através dessa relação com língua, onde ao se pronunciar uma palavra, a criança deve remeter a mesma ao seu real significado e não apenas palavras vazias. Vygotsky afirma que os dois possuem uma interdependência, pois o pensamento é determinado pela linguagem.

O desenvolvimento do pensamento e da linguagem depende dos instrumentos de pensamento e da experiência sociocultural da criança. Basicamente, o desenvolvimento da linguagem interior depende de fatores externos: o desenvolvimento da lógica na criança [...] é uma função direta de sua linguagem socializada. O desenvolvimento do pensamento da criança depende de seu domínio dos meios sociais do pensamento, isto é, da linguagem. (VYGOTSKY, 2001, p. 148-149)

Para Vygotsky, a criança se apropria da linguagem interagindo com o outro, é por meio da socialização que o desenvolvimento da aquisição da linguagem acontece. Neste sentido, a aquisição da linguagem oral, segundo ele, é importante para a criança, pois possibilita controlar suas ações e ainda é vista como um instrumento para a interação entre os indivíduos, pois a medida que o ser humano vai se desenvolvendo, conhecendo e dando significados reais para as palavras, fornece a capacidade de uma melhor comunicação. “As interações da criança com as pessoas de seu ambiente desenvolve-lhe, pois, a fala interior, o pensamento reflexivo e o comportamento voluntário” (VYGOTSKY, 1984, p. 101).

As pessoas são aprendizes da língua desde os primeiros anos iniciais até sua vida adulta, tornando-a cada vez mais variada e complexa. Ao analisar essa questão, percebe-se como a inserção de uma segunda língua (L2) pode tornar-se possível e os indivíduos podem adquirir habilidades na aprendizagem da Libras, tendo a oportunidade de aprender a língua de sinais e poder se comunicar com pessoas surdas.

A língua é a forma que usamos para nos comunicar, e exatamente por esse motivo, ela pode se manifestar de muitas formas, sendo a língua brasileira de sinais um exemplo concreto dessa diversidade. A maneira pela qual ela está estruturada é distinta de línguas orais por exemplo, e a inserção da mesma no currículo seria um

diferencial educacional, pois ampliaria a possibilidade com a qual as crianças se comunicam nos ambientes escolares, e logo, na sociedade em geral. Para Vygotsky, a aprendizagem requer uma interdependência de todos os envolvidos no processo, incluindo o discente que aprende, o docente que ensina e a relação entre ambas as partes.

5.1 ACESSIBILIDADE

Acessibilidade é a palavra chave no contexto educacional, pois é na escola que as diferenças se encontram, e o docente, ao realizar sua formação inicial tem contato, mesmo que superficialmente, com todas essas características que pode se deparar na realização do seu trabalho nos ambientes escolares. Nessa fase, o futuro profissional estuda a língua brasileira de sinais muito pouco e não ao ponto de se tornar fluente como seria o correto, assim como os outros aspectos de dificuldades e distúrbios também não são aprofundados durante a graduação, ocorrendo somente na formação continuada ou pós-graduações.

Ao entrar em contato com a sala de aula, o professor se depara com algumas dificuldades com alunos de inclusão, sendo sempre necessário um conhecimento maior do que o oferecido pelas universidades. Em alguns casos através de estudos e troca de experiências é possível que o docente consiga trabalhar com o aluno dentro da sua especificidade, porém com o aluno surdo, uma educação de qualidade só é possível com o auxílio de um profissional qualificado, agindo como mediador entre professor e aluno.

Pela inexperiência e despreparo, práticas espontaneístas e intuitivas são adotadas, em que o professor se furta ao exercício de seu papel prioritário de mediador na relação ensino-aprendizagem, criando-se a ilusão de que a disponibilização de recursos específicos seja suficiente para superar barreiras de acesso ao conhecimento escolar. (FERNANDES, 2013, p. 96)

Alguns distúrbios possuem uma ampla e vasta literatura disponível para consulta e estudo tanto em meio digitais como físicos, com a Libras esse material já não é de tão fácil entendimento, pois a mesma é uma língua complexa e que não se chega a fluência rapidamente, para isso é necessário um estudo mais aprofundado e muita prática para compreendê-la em sua totalidade, além disso, o contato com a comunidade surda é primordial para aprender a língua brasileira de sinais, segundo Mazzota (2008) citada por Fernandes (2013, p. 98):

Acreditamos que a concretização da educação escolar poderá ser melhor se utilizar diferentes auxílios e serviços educacionais, que venham de fato atender bem as necessidades dos alunos. Isso é melhor do que colocá-los em uma única, esplêndida e especialíssima escola, mas onde todos fiquem sem as competentes respostas às suas necessidades básicas de aprendizagem para uma vida digna e feliz.

Analisando esses aspectos, é possível concluir que o docente que não é fluente na Libras, como a maioria dos profissionais de educação que atuam nas instituições escolares na atualidade, não possuem condições de receber um aluno surdo ou se tornar fluente em pouco tempo para ensiná-lo, portanto, profissionais já especializados são necessários em toda a rede educacional.

Ao pensar nesta situação, a efetivação de um processo educacional com enfoque bilíngue, oportuniza para todo o ambiente escolar o conhecimento da Libras, favorecendo a aprendizagem e comunicação entre todos.

Por este processo de educação linguística da comunidade escolar estar em construção, já que demanda uma série de ações a longo prazo, é fundamental que algumas estratégias metodológicas e de organização do ambiente sala de aula, sejam utilizadas para facilitar a interação/comunicação entre todos. (FERNANDES, 2012, p. 108)

Neste sentido, é importante pensar em organizações de ensino-aprendizagem voltadas às necessidades educacionais de todos os alunos, sejam elas comuns ou especiais, de modo que oportunize para os mesmos uma educação de qualidade e inclusiva. Desta maneira, deve-se ocorrer mudanças no currículo escolar da educação básica, para que ao ingressar nas escolas, todos os discentes encontrem um ambiente acessível, não somente através dos professores mas também dos colegas, que ao estudarem a língua brasileira de sinais e compreendê-la, tal conhecimento poderá ser utilizado durante todos o curso de sua vida, podendo aprimorar-se ao longo do tempo, obtendo cada vez mais conhecimentos sobre esta língua e ajudando a difundi-la pelo país, despertando o interesse na Libras e incluindo a comunidade surda em várias áreas da sociedade.

5.2 CURRÍCULO

O primeiro contato de uma criança com uma segunda língua, normalmente ocorre dentro das escolas, onde de acordo com a BNCC, deve ocorrer nos anos iniciais de ensino, porém a legislação brasileira traz como obrigatoriedade o ensino

de uma Segunda Língua Estrangeira (L2) a partir do sexto ano, ou seja, no ensino fundamental anos finais.

As escolas que ofertam o Ensino Fundamental I (anos iniciais), em sua maioria estão habituadas a adotarem em suas grades de ensino como segunda língua o inglês, já que é uma disciplina onde o discente obrigatoriamente terá acesso no Ensino Fundamental II, e por ser a base de preparação de conhecimentos necessários para próxima modalidade de ensino, as mesmas optam por fazer essa inserção da língua desde cedo. Algumas escolas, por outro lado, optam pelo ensino de uma língua estrangeira diferente, justamente pelo fato de o aluno ter contato com o inglês, nos próximos anos de ensino.

Porém como mencionado anteriormente, a legislação brasileira nos traz que o ensino de uma segunda língua deve ser trabalhado com os educandos desde os anos iniciais de ensino, mas não necessariamente o ensino de uma língua estrangeira. Nesse contexto, o presente trabalho sugere que a Libras seja adotada oficialmente como segunda língua a ser ensinada nas redes municipais de educação do Ensino Fundamental I.

Como observado anteriormente, a própria legislação reconhece a Libras como a segunda língua oficial do país, sendo totalmente viável a sua aplicação dentro do ambiente escolar e uma importante ferramenta para a difusão da mesma e a integração entre surdos e ouvintes acontecerem “Diante disso, as principais mudanças no currículo da escola dizem respeito à garantia da acessibilidade da comunicação, oportunizada pela interação e pelo acesso ao conhecimento.” (FERNANDES, 2012, p. 106).

O primeiro passo proposto para tal efetivação, é justamente uma mudança no currículo escolar, em que deve ser feito uma substituição do ensino da língua estrangeira pelo de Libras, implementando práticas escolares, com uma reflexão acerca dos conteúdos, objetivos, metodologias e formas de avaliação, além de valorizar nossa própria cultura e ser uma estratégia de inserir os estudantes ouvintes na comunidade surda.

Elaborar um currículo [...] é compreender a organização escolar como um instrumento que deve auxiliar na estruturação social e cultural. É perceber que a escola é parte integrante da sociedade e não uma instância dissociada da vida real e possuidora de propósitos insignificantes aos interesses coletivos. É disponibilizar aos educandos conhecimentos para que possam atuar como cidadãos conscientes de seu papel, cujos direitos e deveres são iguais a todos. Por isso, entender o significado, a importância e o poder

político na constituição de um currículo se torna fundamental para o educador. (LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2012, p. 100)

A proposta de metodologia para o ensino bilíngue de crianças ouvintes, não seria tão distinta da utilizada com outras disciplinas, durante os 5 anos de ensino no fundamental I, a criança perpassa por diferentes conteúdos, conforme o seu desenvolvimento, ela passa para a série seguinte onde o grau de dificuldade dos conteúdos aumentam, assim também ocorreria nas aulas de ensino da Libras. Visando um melhor processo de ensino/aprendizagem é proposto alguns recursos de apoio para trabalhar em sala de aula, como filmes com histórias infantis em Libras, contação de histórias, além de músicas em libras, como estratégias de ensino.

Em relação ao conteúdo, inicialmente seria interessante conscientizar os discentes a respeito das deficiências, através de fotos, vídeos e livros, a fim de sensibilizar os estudantes acerca das diferenças. Nos anos iniciais pode ser trabalhado conteúdos mais simples e apropriados para a idade, como sinais do alfabeto, nome, sinais de frutas, profissões e objetos. A partir dos anos finais, pode ser trabalhado a posição correta das mãos e frases mais complexas, de modo que os discentes já adquiram um conhecimento básico sobre o funcionamento da Libras e os sinais que esta língua tem para a comunicação com a comunidade surda.

A organização de um currículo requer novas exigências sociais, e as mesmas estão atreladas a inclusão e a participação ativa de todos os cidadãos, então não se pode apenas privilegiar a aquisição de informações, mas sim o desenvolvimento de múltiplas dimensões de todos os indivíduos, de modo que os mesmos possam se reconhecer nas atuações na sociedade. Isto requer transformações em todo o contexto escolar, pensando em todos que estão inseridos, construindo medidas educacionais que deem conta das especificidades de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do presente artigo foi trazer em seu texto considerações acerca da trajetória dos surdos desde a antiguidade até os dias atuais e a história da língua de sinais até chegarmos a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a qual é usada para a comunicação dos surdos e também com pessoas ouvintes. Ainda, o artigo trouxe propostas de implementação nos currículos escolares a LIBRAS como uma segunda

língua no ensino fundamental anos iniciais, de modo a expandir o conhecimento desta língua a todos os discentes com a finalidade de contribuir com a comunicação entre os indivíduos ouvintes e surdos.

Através das pesquisas realizadas, concluímos que a inclusão da LIBRAS se faz muito importante tanto para a ampliação dos conhecimentos dos alunos, quanto para a implementação da acessibilidade de pessoas surdas em sociedade, quando a difusão do ensino desta língua através das instituições escolares fazem com que essa inclusão aconteça na prática e não apenas na constituição e na legislação escolar.

Deste modo, é notório a relevância das instituições escolares neste processo, no qual o seu papel é fundamental, pois é neste ambiente que os valores sociais também são construídos e corroboram na formação integral de cidadãos proativos em sociedade. A ação de incluir indivíduos com deficiência, sejam elas físicas, visuais ou auditivas, repensando o currículo e incluindo a LIBRAS como L2 oficialmente se faz essencial para a difusão dos conhecimentos de uma segunda língua inclusiva tanto para a comunicação entre surdos e ouvintes, como para a promoção da formação continuada de professores e profissionais da área, de modo que estes agreguem e transmitam com maior propriedade o desenvolvimento educacional e social a seus alunos.

Por fim, ao se adotar a disciplina de LIBRAS na educação básica, especificamente no ensino fundamental, anos iniciais, espera-se que os educandos compreendam, aprendam e continuem buscando cada vez mais conhecimentos sobre ela, não somente na escola mas também fora dela, já que a mesma é também uma língua oficial e natural do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 1 set. 2010.

CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. **Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios.** Revista Espaço Acadêmico, [S. l.], n. 128, p. 63-69, 4 jan. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12974/8511>.

Acesso em: 14 nov. 2022.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 141 p. ISBN 978-85-8212-013-2.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** 1ª ed. Curitiba: InterSaber, 2013. 244 p. ISBN 978-85-8212-229-7.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: CRENÇAS E PRECONCEITOS EM TORNO DA LÍNGUA DE SINAIS E DA REALIDADE SURDA.** 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p. ISBN 978-85-7934-001-7.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades:** Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 57-63, Mar/Abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **LIBRAS: Aspectos Fundamentais.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. 292 p. ISBN 978-85-5972-888-0.

LIMA, Michelle Fernandes; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro. **A função do currículo no contexto escolar.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 221 p. ISBN 978-85-8212-110-8.

MARTINS, Pura Lucia Oliver. **DIDÁTICA.** 1ª ed. Curitiba: InterSaber, 2012. 96 p. ISBN 978-85-8212-465-9.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente.** 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 206 p. ISBN 978-85-8212-293-8.

VYGOTSKY, L. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.